



INFORMATIVO GIAC 260, de 28 de janeiro de 2022

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o Giac tem a informar o que se segue:

Sentença confirma obrigação de fornecimento de cestas básicas para indígenas do médio Xingu durante pandemia

Sentença da Justiça Federal confirmou que, enquanto durar a pandemia de covid-19, a União, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estão obrigadas a entregar, mensalmente, cestas básicas e kits de higiene a todos os indígenas da região do médio Xingu, incluindo comunidades não aldeadas, indígenas urbanos e os migrantes Warao, originários de onde hoje é a Venezuela.

Assinada em 18/1, a sentença reafirma decisão liminar (urgente e provisória) de setembro de 2020. Ambas as decisões atenderam pedidos do Ministério Público Federal (MPF) em ação judicial em que demonstrou a recusa do governo brasileiro em prestar assistência alimentar e sanitária emergencial que garantisse a permanência dos indígenas em seus locais de moradia, o que reduziria os riscos de contágio pelo novo coronavírus.

A Justiça Federal registra na sentença que, apesar das providências que a União, a Funai e a Conab informaram ter tomado, persiste o cenário de insuficiência alimentar e consequente insegurança aos povos indígenas, o que obriga integrantes das comunidades a se deslocarem para a cidade de Altamira. A entrega de itens de higiene e alimentação em quantidade suficiente para assegurar que não precisem sair do isolamento é medida essencial para a sobrevivência dessas comunidades, destaca o texto.

Fonte: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal no Pará (texto com adaptações)

MPF acompanhou início da vacinação infantil contra covid-19 em Lucena (PB)

Na quarta-feira (26/1), o MPF acompanhou o início da vacinação contra a covid-19 nas crianças do município de Lucena, no litoral norte da Paraíba. O MPF apura a inobservância dos protocolos de operacionalização da imunização do público infantil em uma única unidade de saúde do município, ocorrida em dezembro de 2021 e início de janeiro de 2022, com doses de adultos. Ao todo, foram aplicadas 202 doses pediátricas em crianças e 288 doses em adultos.

Atualização da apuração do caso – O MPF encerrou nessa semana a fase de depoimento das pessoas

envolvidas e das testemunhas. Verificou que não há transparência de dados no município, que sequer tem um portal da transparência com dados da covid, nome do prefeito, vice-prefeito, do secretário de saúde. Há uma inconsistência de dados generalizada que vai ao encontro do relatório da Transparência Internacional, que coloca o Brasil, com 38 pontos, em duas posições a menos no índice de percepção da corrupção, o que reflete em todos os municípios do país. Diante disso, o MPF enviará esforços para que esse caso não entre no ciclo vicioso da impunidade.

Fonte: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal na Paraíba (texto com adaptações)

CNMP determina que MP/TO exija que os candidatos para promotor de Justiça substituto apresentem comprovante de vacinação contra o novo coronavírus

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em uma decisão liminar, determinou que o Ministério Público do Estado de Tocantins (MP/TO) publique, no prazo de 24 horas, edital complementar exigindo que os candidatos inscritos no 10º Concurso Público para promotor de Justiça substituto apresentem comprovante de vacinação contra o novo coronavírus. A determinação vale para candidatos inscritos, aplicadores e fiscais de prova, além de outras pessoas presentes no local em razão da prova.

Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público

Ministério da Saúde explica diferenças entre a vacina Covid-19 para adultos e para crianças da Pfizer

O Ministério da Saúde (MS) ressalta que todos os imunizantes disponibilizados no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO) são seguros e foram aprovados pela Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa). A grande diferença entre a vacina adulta e a vacina pediátrica, indicada para a faixa etária entre 5 e 11 anos, é a cor do frasco e a dosagem, conforme resumo a seguir:

- **Dosagem**
 - Adultos (acima de 18 anos) - 30 microgramas por dose
 - Adolescentes (12 a 17 anos) - 30 microgramas por dose
 - Crianças (5 a 11 anos) - 10 microgramas por dose
- **Cor do frasco**
 - Adultos (acima de 18 anos) – Tampa roxa
 - Adolescentes (12 a 17 anos) – Tampa roxa
 - Crianças (5 a 11 anos) – Tampa laranja

Para a criança estar completamente vacinada, precisa receber duas doses do imunizante com intervalo de oito semanas entre elas. A imunização desse público não será obrigatória e deve começar pelo grupo prioritário, como crianças com comorbidades e deficiências permanentes.

Ministério da Saúde contrata profissionais de saúde para seis hospitais federais no Rio de Janeiro

Mais de 1,7 mil profissionais de saúde serão contratados pelo MS para seis hospitais federais no Rio de Janeiro. Os novos profissionais permitirão a abertura de 100 novos leitos de enfermaria e 35 leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para todas as especialidades. Serão beneficiados:

- Hospital Federal dos Servidores;
- Hospital Federal de Ipanema;
- Hospital Federal Bonsucesso;
- Hospital Federal da Lagoa;
- Hospital Federal do Andaraí e;
- Hospital Federal Cardoso Fontes.

Ministério da Saúde aumenta valor da diária para custeio de UTIs

O MS vai aumentar os valores repassados para o custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O reajuste de novas diárias de UTIs convencionais, que atendem todas as especialidades, será implementado a partir de 1º de março deste ano. O reajuste nas diárias sofrerá um novo acréscimo seis meses após a iniciativa entrar em vigor. Confira o aumento no custeio diário em cada tipo de UTI:

Unidade de Terapia Intensiva Queimados passa de R\$ 322,22 para R\$ 700,00;

Unidade de Terapia Intensiva Adulto (UTI II) passa de R\$ 478,72 para R\$ 600,00;

Unidade de Terapia Intensiva Adulto (UTI III) passa de R\$ 508,63 para R\$ 700,00;

Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica (UTI II) passa de R\$ 478,72 para R\$ 700,00;

Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica (UTI III) passa de R\$ 508,63 para R\$ 700,00;

Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN II) passa de R\$ 478,72 para R\$ 600,00;

Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN III) passa de R\$ 508,63 para R\$ 700,00.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados do Ministério da Saúde, atualizados em 27 de janeiro de 2022, informam que o Brasil registra 24.764.838 de casos de infecção pelo novo coronavírus e 625.085 mil óbitos decorrentes da doença.

	Casos	Óbitos	Incidência/100mil hab.	Mortalidade/100mil hab
▼ Brasil	24.764.838	625.085	11784,5	297,5
> Centro-Oeste	2.633.874	59.917	16161,6	367,7
> Sul	5.074.729	98.374	16929,3	328,2
> Norte	2.114.421	48.032	11472,1	260,6
> Nordeste	5.239.344	121.227	9180,3	212,4
> Sudeste	9.702.470	297.535	10979,2	336,7

Fonte: Ministério da Saúde

Anvisa autoriza a utilização de autotestes para Covid-19

A Diretoria Colegiada da Anvisa aprovou, nesta sexta-feira (28/1), a resolução que estabelece os requisitos e os procedimentos para a solicitação de registro, distribuição, comercialização e utilização de autotestes para detecção do antígeno de Sars-CoV-2. Sendo assim, será permitida a venda de autotestes diretamente ao consumidor por farmácias e estabelecimentos de saúde licenciados para comercializar dispositivos médicos. A Anvisa reforça que é proibida a oferta de autotestes na internet em sítios eletrônicos que não pertençam a farmácias ou estabelecimentos de saúde autorizados e licenciados pelos órgãos de vigilância sanitária competentes.

[Acesse aqui o Perguntas Frequentes sobre o tema.](#)

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

STF pede manifestação de povos indígenas sobre Plano Geral de Enfrentamento à Covid-19

Em agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) referendou cautelar em que determinava que a União adotasse diversas medidas, como a criação de barreiras sanitárias e sala de situação, a retirada de invasores e a apresentação de plano de enfrentamento. Sendo assim, o STF determinou à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) que se manifestem sobre diversos pontos do Plano Geral de Enfrentamento à Covid-19 para Povos Indígenas, do Plano de Barreiras à Entrada e da implementação da terceira fase de vacinação nessa população. O despacho foi proferido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, que trata da proteção aos povos indígenas durante a pandemia.

STF pede manifestação do governo sobre a nota técnica que rejeitou as diretrizes da Conitec

O STF requisitou informações ao ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, e ao secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Hélio Angotti, sobre a nota técnica que rejeitou as diretrizes da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) para tratamento ambulatorial da covid-19. O prazo para a prestação de informações é de cinco dias.

Fonte: Supremo Tribunal Federal (STF)

Fiocruz participa de iniciativa de testagem em favelas

O aumento do número de casos da variante ômicron se apresenta como um problema de proporções gravíssimas, pois pode produzir um colapso, principalmente a atenção primária, diferentemente do que ocorreu nas primeiras ondas da Covid-19, quando o sistema hospitalar foi o mais atingido. Por isso, é de fundamental importância o desenvolvimento de estratégias de proteção ao sistema em sua base, que se

encontra numa etapa de reorganização diante dos impactos produzidos. Dessa forma, a Fiocruz, por meio do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (CSEGSF/Ensp) e da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), uniu esforços com a Prefeitura do Rio de Janeiro e o projeto Conexão Saúde – De Olho na Covid na abertura de polos itinerantes de testagem em Manguinhos e na Maré, com atendimento para os sintomáticos sendo garantidos por telemedicina, de forma a facilitar o acesso à assistência e reduzir a demanda da população na rede de atenção primária de saúde.

Com capacidade diária para testar em cada polo 400 pessoas, entre sintomáticas e seus possíveis contactantes diretos, a iniciativa possibilitará a implementação de um modelo de processamento de informações robusto, subsidiando o monitoramento da situação epidemiológica em tempo real e a execução de mapas de riscos dentro das respectivas comunidades.

Além de apoiar a estratégia da gestão municipal, as plataformas digitais incorporadas ao projeto permitirão ampliar o acesso à saúde, gerando o desenvolvimento de respostas rápidas e eficazes às demandas da população local e aliviando a procura nas unidades de pronto atendimento (UPAs), clínicas da família e outras emergências.

Fonte: Fiocruz

Butatan explica sintomas da Ômicron e quando eles surgem

O fato dos sintomas da variante ômicron serem semelhantes aos de uma gripe comum pode confundir e fazer com que as pessoas desistam de averiguar se é Covid-19 ou não. A OMS indica que, no surgimento de alguns destes sintomas, o ideal é fazer um teste do tipo RT-PCR ou de antígeno para comprovar o diagnóstico. Os sintomas mais comuns são febre, coriza, dor de garganta e dor no corpo, nada semelhantes à perda de paladar, de olfato e tosse seca comuns às outras variantes.

Uma das maneiras de segurar a propagação da nova cepa é, assim que começarem os sintomas da doença, fazer um teste para comprovar ou descartar a infecção e, em caso positivo, se isolar para evitar contaminar outras pessoas.

Butatan explica: risco de nova infecção pela Ômicron é seis vezes maior entre pessoas que não se vacinaram ou não completaram o esquema vacinal

Uma análise da Agência de Segurança de Saúde do Reino Unido feita em conjunto com o Conselho de Pesquisa Médica (MRC) da Unidade de Bioestatística da Universidade de Cambridge demonstrou que o risco de reinfecção por Covid-19 pela ômicron é seis vezes maior entre os não vacinados e cinco vezes menor entre vacinados. Os resultados do documento foram destacados em um [relatório](#) recente da OMS sobre o avanço da variante.

A ômicron é uma variante que carrega mais mutações e, por isso, é bem mais transmissível. A diferença aqui é que a ômicron tem um poder de transmissão ainda maior do que as demais variantes desta categoria: delta, alfa, gama e beta.

Fonte: Instituto Butantan

Outras notícias de destaque

- [Saiba como é feita a vacina Covid-19 fabricada 100% no Brasil](#)
- [Ministério da Saúde antecipa mais 1,8 milhão de vacinas pediátricas da Pfizer](#)
- [Brasil registra 350 milhões de doses de vacinas Covid-19 aplicadas](#)

Fonte: Ministério da Saúde

Diário Oficial da União

Visando a dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[CIRCULAR Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2022](#) - A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR SUBSTITUTA DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta dos Processos SEI/ME nos 19972.101421/2021-21 restrito e 19972.101422/2021-75 confidencial e do Parecer SEI nº988/2022/ME, de 25 de janeiro de 2022, elaborado pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM desta Secretaria, decide:
nos municípios dos estados de AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE e MG.

[PORTARIA CONJUNTA DIRBEN/INSS/SPMF/SPREV/MTP Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2022](#) - Estabelece o fluxo de operacionalização para realização da Perícia Médica com Uso da Teleavaliação - PMUT, em cumprimento à decisão do Tribunal de Contas da União - TCU.

[RESOLUÇÃO Nº 656, DE 14 DE JUNHO DE 2021](#) - Dispõe sobre a prorrogação de mandato no âmbito da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde

[RESOLUÇÃO Nº 649, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020](#) - Dispõe sobre as regras referentes à prorrogação de mandatos no âmbito dos Conselhos de Saúde e dá outras providências.

[PORTARIA Nº 1.241, DE 27 DE JANEIRO DE 2022](#) - Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal relativo ao mês de dezembro de 2021, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

[PORTARIA GM/MS Nº 4.226, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (*) - Dispõe sobre o procedimento para desmobilização e pagamentos de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19 autorizados, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/Covid-19.

Fonte: Imprensa Nacional

O Giac permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 3105-6045.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informações atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac)
Ministério Público do Trabalho

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil
Agência Nacional de Energia Elétrica
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Agência Nacional de Saúde Suplementar
Agência Nacional de Telecomunicações
Agência Nacional de Transportes Terrestres
Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Casa Civil da Presidência da República
Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Conselho Nacional de Secretarias Municipais
Conselho Nacional de Secretários de Saúde
Conselho Nacional de Saúde
Controladoria-Geral da União
Fundo Nacional de Saúde (Painel de Repasses Covid-19)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Observatório de Tecnologias Relacionadas à Covid-19)
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério da Cidadania
Ministério da Defesa (Operação Covid-19)
Ministério da Economia
Ministério da Educação
Ministério da Justiça (Relatório Situacional Covid-19)
Ministério de Minas e Energia (Boletim de Monitoramento Covid-19)
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Ministério das Relações Exteriores
Ministério da Saúde
Ministério da Saúde (Documentos sobre o PNO)
Ministério da Saúde (Localiza SUS)
Ministério da Saúde (Saúde Indígena)
Ministério do Turismo
Presidência da República (Atos normativos sobre a covid-19)

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Superior Tribunal de Justiça
Supremo Tribunal Federal

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados
Senado Federal

Demais instituições

Associação Médica Brasileira
Confederação Nacional de Municípios
Conselho Federal de Farmácia
Conselho Federal de Medicina
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Repositório de decisões, legislação, manifestações da Anvisa, pareceres do Natjud e estatísticas referentes à covid-19)
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Butantan
Organização Mundial de Saúde
Organização Pan-Americana da Saúde
Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Tribunal de Contas da União